

CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO NO BRASIL: AS ENTRELINHAS DE UMA HISTÓRIA DE NEGLIGÊNCIA

José Melinho de Lima Neto

Mônica Monteiro da Costa Vasconcelos

Francisco Valfrido Barbosa

Introdução

Educar para a emancipação em um país cuja história está marcada pela desigualdade social certamente representa um grande desafio. A educação brasileira, ao longo de sua história, esteve sempre como um subproduto cultural histórico da dominação imposta de fora para dentro, do centro para a periferia.

A situação do analfabetismo, a crise da escola e a dificuldade de aprendizagem da maioria dos alunos evidenciaram que a educação nacional representa, e sempre representou, um problema social grave que impede a construção de uma nação efetivamente democrática. Ferreira Júnior e Bittar (1999) destacam que a história da educação brasileira é marcada por um grande rasgo presente no sincretismo entre exclusão/elitismo e dependência cultural em relação aos países centrais do sistema capitalista globalizado.

Se o Brasil recebia influências diretas de Portugal e da Inglaterra até meados do século XIX, a partir do século XX, essa dependência econômica, política e cultural vai se deslocar para os Estados Unidos da América (EUA), principalmente forçada pelo processo de industrialização e urbanização do país. O modelo educacional adotado no Brasil, de certo modo, também sempre esteve preso a essas relações. O país historicamente assumiu uma posição mais fraca nas relações com essas nações, as quais acabaram determinando, no decurso de nossa história, o tipo de educação que nosso povo poderia receber.



Para melhor compreensão, a história da educação no Brasil será dividida em oito períodos¹, considerados importantes em termos políticos, sociais ou econômicos: até 1549; de 1549 a 1759; de 1759 a 1808; de 1808 a 1930; de 1930 a 1964; de 1964 a 1988; de 1988 até o presente.

Contextualizando a educação brasileira

O *primeiro período* representou o período pré-colonial e os primeiros anos do Brasil Colônia, um momento em que as tribos indígenas habitavam a terra desconhecida até então pelos europeus, cujo nome ainda não era Brasil. Cada tribo tinha suas crenças e seus jovens. O modelo de educação presente nas tribos nativas se pautava na transmissão de conhecimento de geração a geração, no qual os mais novos aprendiam com os mais velhos. Os exemplos e as atividades práticas ao ar livre eram fundamentais para o processo de aprendizagem. Porém, essa concepção de educação foi arbitrariamente substituída pelo modelo de educação pretendido pelos colonizadores, que impuseram aos nativos seus princípios, dogmas e novas formas de ensinar e de aprender, condenando os modelos de outrora. É praticamente impossível demarcar o início desse período, mas o seu fim se iniciou, certamente, com a chegada dos colonizadores e, principalmente, com a chegada dos padres da Companhia de Jesus em 1549, chamados “jesuítas” ou “soldados de Deus”, uma vez que educavam segundo os dogmas da igreja católica.

O *segundo período* foi marcado pela presença dos jesuítas, que vai ser resultado da chegada dos portugueses ao Brasil no ano de 1500, momento que marcou gradativamente

¹ Essa divisão histórica é de responsabilidade de José Melinho de Lima Neto, que considera momentos sócio-históricos e políticos do país para demarcar os limites de cada período.



a perda do estilo de vida, da cultura e da própria liberdade dos povos que aqui viviam. O período de 1549 a 1759 vai se caracterizar pela presença maciça do modelo de educação religiosa e instrucionista dos padres jesuítas implantado no Brasil Colônia. A missão dos jesuítas era catequizar os índios segundo os princípios da igreja católica, soberana naquela época, e, por outro lado, oferecer uma educação para os “filhos homens” da elite brasileira, que naquele período se considerava elite portuguesa vivendo no Brasil. Os dois modelos, cada um a seu modo, eram baseados no método de imitação e reprodução, de caráter extremamente religioso e conservador. Como os negros não eram considerados seres humanos pela igreja nem cidadãos pelo Estado, ficavam à margem de qualquer direito, ainda mais do direito à educação. As mulheres, quando pertencentes a uma família abastada, recebiam educação em casa ou em conventos, que ajudavam a formar as meninas da elite para serem boas esposas. Os jesuítas fundaram várias escolas para os filhos da elite e muitas missões para os índios. Ao índio restavam duas opções: entregar-se às missões jesuíticas para receber a formação cristã ou viver fugindo para não ser escravizado pelos colonos para trabalhar em suas fazendas.

Ferreira Júnior e Bittar (1999) destacam que – mais interessados em educar os filhos dos grandes proprietários agrários brasileiros – os jesuítas foram abandonando pouco a pouco sua função de educar os índios. Dessa forma, sua ação pedagógica ficou limitada à formação de um pequeno estrato social de letrados, que, por meio do domínio do saber erudito e técnico europeu de então, orientou as atividades mais complexas e atuou como eixo difusor de conhecimentos, crenças e valores, que vão ser muito interessantes para o governo português, haja vista que a maioria da população vai permanecer na ignorância plena. O plano educacional dos



jesuítas, denominado *Ratio Studiorum*, ensinava gradativamente Gramática, Humanidades e Retórica.

Como a Coroa Portuguesa havia concedido aos jesuítas todo o poder sobre a educação da Colônia, com o tempo, os padres passaram a arrecadar cada vez mais verbas, construindo várias igrejas, escolas e conventos. O enriquecimento da ordem passou a chamar a atenção dos poderosos e a desagradar a Coroa Portuguesa, que queria ter prioridade sobre os bens dos padres, o que acabou acontecendo mais tarde. A avaliação da atuação dos padres pelo Primeiro-Ministro de Portugal, no ano de 1759, foi um dos grandes motivos para o futuro caótico da educação nacional. Por outro lado, há aqueles que acreditam que a missão apenas colaborou para exterminar a cultura indígena e para ampliar as diferenças educacionais entre os filhos dos ricos e os filhos dos pobres. Azevedo (1976 *apud* VIEIRA; FREITAS, 2003, p.36) destaca que, ao deixarem a Colônia em 1759, os jesuítas contavam com “[...] 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, sem contar com os seminários menores e as escolas de ler de escrever”. Para o autor, a expulsão dos jesuítas do Brasil representou um corte dramático na história da educação do país, rompendo com toda a estrutura de ensino instalada no Brasil Colonial.

A descoberta do ouro no Brasil no século XVII marcou definitivamente a mudança da relação de Portugal com a Colônia, uma vez que a Coroa se dá conta das riquezas que podem ser exploradas e controladas contando com todo o apoio da Inglaterra, considerada país amigo na nação lusitana, podendo usufruir de vários benefícios. Essa situação acabou influenciando o *terceiro período* da história da educação no Brasil, que foi do ano de 1759 a 1808, quando a produção aurífera começou a cair, fazendo com que a Coroa desconfiasse de que alguém estava ficando com os recursos. Esse período teve



início com as medidas adotadas pelo Marquês de Pombal, Primeiro-Ministro do Rei Dom José de Portugal que, dentre outras ações metropolitanas em seus 27 anos de poder, resolveu expulsar os jesuítas e confiscar todos os seus bens para a Coroa, reforçando, pela primeira vez na história da Colônia, o poder público estatal como agente responsável pela definição de rumos na área educacional, ainda que de modo muito limitado. Pombal queria uma educação com menos influência da religião, entretanto ainda contou com o apoio da igreja para montar seu plano de ensino (VIEIRA; FREITAS, 2003).

Nessa esteira, a educação no Brasil de então acabou ficando praticamente sob responsabilidade das famílias aristocráticas, o que significa dizer, portanto, que apenas os filhos da elite tinham acesso à educação. Não obstante, o Estado começou a acompanhar as questões ligadas à educação, ainda que de modo precário e insuficiente, e aos poucos foi tomando as primeiras medidas voltadas para essa área, tais como: instituir as aulas régias², indicar professores régios³, promulgar a lei que institui a Real Mesa Censória⁴, extinguir as línguas nativas e obrigar os índios e negros a falarem apenas o idioma português e aumentar a cobrança de impostos na Colônia, decretando o Alvará da Lei que regula a cobrança de impostos⁵ que, pela primeira vez, deveriam ser destinados à educação.

² Aulas de determinadas disciplinas isoladas, como: Gramática Latina, Retórica, Língua Grega, Filosofia Racional etc.

³ Segundo Férrer (1997 *apud* VIEIRA; FREITAS, 2003), os primeiros professores régios foram nomeados na primeira fase da reforma pombalina, com registros dados de 1760. Entretanto, o número de professores era totalmente insuficiente para demanda e havia muita dificuldade para a formação. Alguns aristocráticos reclamavam da queda do número de docentes após a expulsão dos jesuítas.

⁴ Encarregada de cuidar dos assuntos relacionados com a educação. A partir de 1972, vai passar a inspecionar as "Escolas Menores".

⁵ O subsídio literário imposto, destinado à educação, acabou sendo extinto em 1835, sob acusações de fraudes, desvios e corrupções.

O final desse período foi marcado por grandes transformações em todo o cenário europeu, resultantes da expansão das ideias da Revolução Francesa e do império de Napoleão Bonaparte. A Revolução Americana também fez com que os países colonizadores prestassem mais atenção às suas colônias. Portugal, por exemplo, passou a reprimir com maior vigor qualquer possibilidade de revolta ou de revolução popular por liberação. Diante da iminente possibilidade de invasão das tropas francesas, o Rei de Portugal decidiu fugir às pressas para uma de suas colônias, optando pelo Brasil por motivos estratégicos de segurança.

O *quarto período* da história educacional brasileira foi de 1808 a 1889, o qual foi caracterizado por muitos acontecimentos importantes no cenário nacional, tais como: chegada da Família Real ao Brasil (1808), Independência do Brasil e transição para condições de império (1822), Primeira Constituição do Brasil (1824), Regências (1831-1840), Guerra do Paraguai (1864-1870), Abolição dos Escravos (1888) e movimentos políticos em prol da Proclamação da República.

Desse modo, a história do Brasil Colônia começou a mudar quando o Rei Dom João VI, juntamente com toda sua família e os membros mais poderosos da Corte, desembarcou em 1808 no Rio de Janeiro, capital do país naquele período. O número de escravos era enorme, contrapondo-se com a situação dos índios, cuja população havia sido quase completamente dizimada no período inicial da colonização, restando poucas tribos na Amazônia e no interior do país. A posição de autoritarismo da Corte foi notada logo em sua chegada, quando muitos habitantes da cidade foram forçados a ceder suas casas para os novos moradores, sem receberem nenhuma indenização do Estado. Os pobres foram sendo cada vez mais empurrados para os cortiços e morros.



Para facilitar a vida da Família Real e a adaptação de todos os membros da Corte, a Coroa resolveu fundar cursos na área de defesa e saúde, dando prioridade às cidades do Rio de Janeiro e Salvador, na Bahia. Foram criadas, então, a Academia Real de Marinha (1808), a Academia Real Militar (1810), alguns cursos de cirurgia e anatomia e, mais tarde, o curso de Medicina. O Rio de Janeiro também recebeu outras obras públicas, por exemplo: Imprensa Régia (1808), Biblioteca Pública (1810), Jardim Botânico (1810) e Museu Nacional (1818). A partir dessa época, começaram a circular também os primeiros jornais e revistas nacionais. Entretanto, nada foi feito para a educação das massas. Cidades como São Paulo, Olinda, Salvador e Vila Rica⁶ também passaram a contar com os espaços públicos voltados para a elite, mas a grande maioria da população brasileira, formada por brancos pobres, escravos e índios, ficou totalmente excluída desses serviços. Nem mesmo a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal, em 1815, serviu para mudar a condição de exploração da Colônia, principalmente porque Portugal nunca teve muito interesse em uma população educada. O Brasil não era o país dos brasileiros, e sim o país dos portugueses exploradores, dos índios dizimados e dos africanos escravizados.

A Proclamação da Independência do Brasil não trouxe os avanços necessários para a educação. A primeira Constituição brasileira, em 1824, apesar de contar com um artigo referente à educação, também deixou muito a desejar em termos de políticas educacionais. A Constituição determinava que a instituição primária deveria ser gratuita para todos os cidadãos, porém não considerava negro e pobre como cidadão. Para outro lado, em 15 de outubro de 1827, o governo lançou

⁶ Hoje Ouro Preto, em Minas Gerais, cidade marcada pelo período de exploração do ouro no Brasil durante o século XVIII.

a primeira lei voltada para os rumos da educação nacional, considerada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o que foi o único instrumento legal desse caráter por mais de um século (VIEIRA; FREITAS, 2003).

A referida lei determinava que todas as cidades, vilas e lugarejos mais populosos tivessem escolas primárias, fixando até mesmo as normas para as metodologias de ensino e formação de professores. Por outro lado, para os autores acima, essa lei ficou mais no campo da promessa de boas intenções, não sendo capaz de organizar a educação popular do país, fracassando em suas metas por motivos econômicos, técnicos e políticos. Cabe destacar ainda, nesse período, o Ato Adicional de 1834, que descentralizou o sistema educacional brasileiro, passando para cada província a responsabilidade de educar seus cidadãos. Para muitos, aí se agravou a crise da educação nacional, pois a distribuição de escolas e recursos entre as províncias já era bastante desigual, o que acentuou ainda mais as disparidades regionais, privilegiando mais uma vez a elite e os grandes centros do país.

O período marcado pelas Regências e pelo comando de Dom Pedro II caracterizou-se como um momento de grandes discussões em torno do desafio do Estado em ampliar a oferta educacional, no entanto a maioria dessas discussões, quando muito, transformou-se apenas em algumas reformas evasivas que não mudaram nada (VIEIRA; FREITAS, 2003). Por outro lado, as escolas particulares, em sua grande maioria, de cunho religioso, tinham grande aceitação junto à elite oligárquica, escolhendo-se para educar seus filhos e resistindo à possibilidade de uma educação pública e gratuita, o que, para os membros desse estrato, significaria a perda da qualidade, diferentemente do que ocorria em alguns países europeus. A Inglaterra, por exemplo, terminou o século XIX com apenas 10% da população analfabeta, pior, sem considerar o grande



número de escravos e de grande parte dos índios que não tinha acesso à educação formal:

[...] uma população livre de 8.830.000: nessa altura o Império, sobre cerca de 1.200.000 indivíduos em condições de recebe-la, apenas recebiam instrução, avaliando-se acima da estimativa, 120 mil, ou seja, a décima parte da população em idade escolar, ou ainda um indivíduo por 80 habitantes. (ALMEIDA, 1989 *apud* VIEIRA; FREITAS, 2003, p. 66).

Enquanto a questão social era fato na Europa, forçando o Estado a oferecer educação pública de caráter laico para as massas, a questão social no Brasil ainda estava submersa, começando a despertar apenas no próximo período, sendo tratada por muito tempo como caso de política.

O *quinto período* iniciou-se com a Proclamação da República, em 1889, e se estendeu até o ano de 1930. O traço da exclusão e elitismo na história da educação brasileira não foi alterado nem mesmo com a Proclamação da República. Para Fernandes (1966 *apud* FERREIRA JÚNIOR; BITTAR, 1999, p. 173), nesse período, “A exigência da instrução primária obrigatória, universal e gratuita ficou no papel e os problemas da educação popular não foram resolvidos (nem mesmo enfrentados) através das ‘escolas primárias’”. O período foi bastante contraditório, dado que, apesar de a questão educacional começar a fazer parte das discussões políticas, numa tentativa de tornar possível uma estatal para todos, o que se observou foi a manutenção de vários privilégios, acentuando os problemas seculares da educação nacional. A libertação dos escravos contribuiu ainda mais para a exposição dessa chaga, uma vez que os negros ficaram totalmente excluídos do processo educacional.

A Constituição de 1891 não trouxe grandes avanços para a educação, contribuindo, porém, para a consolidação da

política de descentralização do ensino iniciada no Império. Vieira e Freitas (2003) destacam que o número de analfabetos era de 85% em 1890, dados que vão cair para 75% em 1900, mas que vão se manter inalterados até 1920. Os dados apresentados por Anísio Teixeira (*apud* FERREIRA JÚNIOR; BITTAR, 1999, p. 173), um dos maiores expoentes da luta pela escola nova brasileira no final da década de 1920 e início de 1930, também expõem o fracasso republicano na área educacional:

Tínhamos, em 1900, 9.750.000 habitantes de mais de 15 anos, dos quais 3.380.000 eram alfabetizados e 6.370.000 analfabetos. Em 1950, 14.900.000 eram alfabetizados e 15.350.000 analfabetos. Diminuímos a percentagem de analfabetos de 65% para 51%, em 50 anos, mas, em números absolutos, passamos a ter bem mais do dobro de analfabetos.

Esse período também foi caracterizado pela exploração da questão social no Brasil, marcado por muitas revoltas populares, greves e reivindicações. No cenário educacional, na segunda década do século XX, surgiu o movimento dos Pioneiros da Educação, que defendia a criação de uma escola nova, mais democrática e acessível para as massas. Lutava-se por metodologia de ensino menos tradicional, que primasse pela aprendizagem a partir de experiências vividas pelo aluno, em que a aprendizagem deveria ocorrer assentada na prática e na experiência, ou seja, no aprender fazendo (FERREIRA JÚNIOR; BITTAR, 1999).

Desse modo, o princípio pedagógico supracitado marcou o início da educação para as massas no Brasil, espalhando-se também para outros países do continente americano, uma vez que tinha como idealizador o americano John Dewey. Apesar das várias contribuições trazidas para a área educacional, o movimento não deixou de receber críticas, principalmente porque muitos de seus ideias se baseavam



nos princípios de uma educação democrática idealizada por um educador americano, que, para muitos, reforçava o individualismo e a preocupação com os ideais liberais.

Ao analisar a concepção de educação democrática de Dewey, segundo o qual as desigualdades sociais não são identificadas como diferenças geradas históricas e socialmente pelo próprio sistema social estabelecido, mas como justas, oriundas das diferenças naturais entre os homens, Freitag (1986, p. 20) destaca que o modelo societário subjacente ao pensamento de Dewey é o da igualdade das chances, e não o da igualdade entre os homens, por isso esse modelo também não é questionado, criticado ou modificado:

Reina nele a ordem regulamentada pela competição: conflitos são democraticamente solucionados [...]. Uma vez implantado esse sistema societário, todos os mecanismos funcionarão para a conservação do mesmo.

Nessa perspectiva, esse pensamento acabou influenciando profundamente a concepção educacional do Brasil e da grande maioria dos países do continente americano, marcando os rumos educacionais do próximo período a ser apresentado. Buarque (2003, p. 55) destaca que, entre o período de 1889 e 1930, o Brasil ainda não pensava como uma nação, apesar da Independência, da República e da Abolição da Escravidão, mas apenas como um país em que grandes latifundiários e comerciantes davam continuidade ao sistema colonial de exportação e importação: “Não havia um projeto de nação voltado para os interesses internos”. Esse projeto começou a surgir a partir da década de 30 do século XX, próximo período marcante da história do Brasil.

O *sexto período* foi marcado pela era Vargas e pelo curto e primeiro período chamado de redemocratização do Brasil, indo de 1930 e 1964. Época de grandes contradições na realidade brasileira, na qual os direitos sociais despertam pela

primeira vez no contexto nacional como meio utilizado pelo governo para diminuir as pressões populares por melhores condições de vida e justiça social. Um momento de grande instabilidade e disputas políticas que foi marcado por 15 anos de governo de Getúlio Vargas, indo de um período mais democrático ao ápice do autoritarismo.

No início da década de 1930, o governo criou o Ministério da Educação e da Saúde (1930), mais tarde, a Universidade de São Paulo (1934) e a Universidade do Rio de Janeiro (1935), primeiras universidades do país. Outorgou-se também a Constituição de 1934, que, segundo Vieira e Freitas (2003), tinha inspiração liberal e trouxe inovações importantes até então nunca contempladas nas constituições anteriores, tais como: da ordem econômica e social; da família, educação e cultura; e da segurança nacional.

No que se refere à educação, a Constituição determinava ser necessária a elaboração de um Plano Nacional de Educação que fosse capaz de coordenar todos os níveis de ensino. Além disso, pela primeira vez no país, estabeleceu quotas fixas para a Federação, Estados e Municípios em relação às suas responsabilidades de financiamento, fixando as competências cabíveis a cada um desses segmentos. O ensino religioso tornou-se facultativo e foi implantada a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário (FREITAG, 1986).

No primeiro período da gestão de Vargas, as reformas educacionais foram coordenadas pelo ministro Francisco Campos, que deu prioridade, pela primeira vez na história, à “[...] definição de uma estrutura orgânica para o Ensino Superior secundário e comercial em todo o território nacional” (ROMANELLI, 2002 *apud* VIEIRA; FREITAS, 2003, p. 92). Esse era o ponto em comum entre as ideias do governo e as ideias dos educadores do Movimento dos Pioneiros da Educação. Esses últimos expressaram suas propostas para a educação



nacional no documento lançado em 1932, denominado “O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. Como alguns de seus principais expoentes, esse movimento tinha os educadores Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira⁷; suas ideias foram decisivas para a definição dos artigos sobre educação na Constituição de 1934. O Manifesto era contrário ao modelo de ensino conservador, de origem católica, defendendo a oferta de um ensino laico, público e gratuito para ambos os sexos, sob progressiva obrigatoriedade do ensino até os 18 anos, assim como a gratuidade em todos os níveis.

Por outro lado, a Constituição de 1937, de caráter mais autoritário, inspirou-se nas constituições dos regimes fascistas europeus, levando o país para suas primeiras experiências com a ditadura (VIEIRA; FREITAS, 2003). A Constituição teve o poder de outorgar poderes restritos ao presidente e cessar direitos civis em caso de ameaças ao comando do presidente; além disso, dissolveu o parlamento; confirmando ou não o mandato de governadores eleitos; aposentou ou demitiu funcionários civis e militares; e garantiu o comando do país por meio de decretos-lei. Para as autoras acima, a Constituição de 1937 representou um grande retrocesso na área educacional, revogando a vinculação de recursos para a educação e reforçando a dualidade entre a escola de ricos e pobres, apesar de manter alguns princípios da Carta anterior.

Nesse período, surgiu a escola voltada para a formação de mão de obra, destinada às classes menos privilegiadas. Segundo o Ministro da Educação daquela época, Gustavo Capanema, a juventude brasileira deveria formar um “[...] exército do trabalho para o bem da nação” (FREITAG, 1986, p.51). O ensino profissionalizante ganhou força e se espalhou rapidamente.

⁷ Vale lembrar que os ideais de educação do Manifesto receberam grande influência do pensamento do americano John Dewey, sendo que muitos desses educadores haviam passado alguns anos nos Estados Unidos antes de criar o Manifesto.



te em todas as regiões do país, atendendo às necessidades de uma nação que começava a investir em sua industrialização. Tratava-se de uma escola tecnicista, instrucionista e reprodutora de ideias e desigualdades. Por outro lado, existiu também uma escola pública, em menor número, para os filhos da classe média, escola propedêutica, voltada para a continuidade acadêmica, que estimulava a formação das novas mentes que iriam comandar o país. As escolas privadas passaram a assumir cada vez mais espaço junto às classes mais privilegiadas, que pretendiam ver seus filhos dando continuidade à vida acadêmica em escolas de qualidade. A maioria das famílias pobres preferia colocar os filhos nas escolas técnicas, porque viam nessa oportunidade a possibilidade de um emprego mais rápido. Como diz Freitag (1986, p. 53), “[...] as escolas técnicas vão ser a escola para os filhos dos outros, ou melhor, a única via de ascensão permitida ao operário”.

Dessa forma, a política educacional do Estado Novo contribuiu para a manutenção e para a ampliação das desigualdades sociais do país. Como denuncia Buarque (2003), uma análise da história do Brasil deixou claro que o país carregou decisões equivocadas a serviço das elites distantes do povo, gerações após gerações.

Em 1939, surgiram os primeiros cursos de Pedagogia, que tinham a responsabilidade de formar os primeiros professores de nível superior do país. Ampliaram-se também as escolas normais ou cursos de magistério, cursos técnicos voltados para a formação básica do professor. Com o crescimento do número de escolas e com o acesso das classes populares à educação, aumentou a procura por professores para formar o povo. A partir do crescimento da oferta e da demanda educacional, o país passou por novo momento nessa área, no qual os negros e a maioria das mulheres começaram a ter acesso à educação escolar.



Após a queda do Estado Novo, em 1945, a Constituição do período de redemocratização, outorgada em 1946, voltou a estipular a vinculação de recursos para a educação e retomou alguns outros pontos da Constituição de 1943 que haviam sido cortados na Constituição de 1937, principalmente no que se refere à educação, abrindo caminho para a discussão em relação à necessidade de criação de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o que se tornou realidade apenas alguns anos mais tarde, na forma de Lei n. 4.024/61. Contraditoriamente, essa lei eliminou o princípio de gratuidade do ensino oficial e favoreceu os proprietários do ensino privado no país, mantendo e acentuando o dualismo entre a escola para os filhos da elite e a escola para os filhos dos pobres. O país passou por um período de aprofundamento da industrialização capitalista, marcado pelo populismo-desenvolvimentista, que, por discrepância, abriu as portas para o capital estrangeiro e aprofundou o endividamento da máquina pública.

O endividamento do país e a insatisfação de grande parte da classe média e dos ruralistas cresceram no início da década de 1960 e deram forças para os militares deflagrarem o segundo período ditatorial do Brasil, que foi do ano de 1964 a 1985, cassando mais uma vez os direitos políticos e civis e, por outro lado, lançando novamente outras conquistas na área social no intuito de reprimir as vozes do povo. Essa fase representou o *sétimo período* cronológico da educação brasileira, momento conturbado e com medidas educacionais de caráter repressivo. Entretanto, assim como na ditadura de Vargas, os serviços sociais foram expandidos mais vezes, enquanto os direitos civis e políticos foram duramente violados.

Mais um período de grandes controvérsias na área educacional, quando as escolas públicas chegaram definitivamente para grande parte dos brasileiros. Entretanto, tratava-se de



dois tipos de escolas, uma para os filhos da classe média e outra para os filhos da classe baixa. As políticas educacionais continuaram com seu caráter de verticalização, sempre de cima para baixo. Os militares expulsaram vários intelectuais e educadores do país que se opunham às suas ideias, dentre eles o educador Paulo Freire, que havia iniciado um projeto inovador de alfabetização de adultos na década de 1960, projeto esse que visava alfabetizar toda a população analfabeta do país, contando com o apoio de vários segmentos da sociedade civil e baseando-se no princípio de que a educação deveria estar a serviço da emancipação do sujeito, e não de sua submissão, portanto deveria ter caráter problematizador e político. O projeto começou a ganhar projeção nacional, alfabetizando um grande número de adultos analfabetos, o qual foi bruscamente interrompido e seus defensores e educadores ferrenhamente perseguidos e proibidos de ensinar.

Os militares lançaram a Constituição de 1967, revogando mais uma vez a vinculação da verba destinada à manutenção do ensino no país. Por outro lado, impulsionaram a criação de escolas e fixaram algumas leis que auxiliariam na manutenção de seus interesses políticos, tais como: os incentivos para o fortalecimento do sistema de ensino privado, que ampliou sua área de atuação para a oferta do ensino médio de caráter propedêutico; os cursos supletivos; e os cursos superiores. Ao mesmo tempo, a Constituição ampliou a obrigatoriedade do ensino de quatro para oito anos, devendo ser gratuito e oferecido na rede oficial de ensino.

O *oitavo e último período* foi de 1985 até o presente, o qual foi marcado pela promulgação da Constituição de 1988, da LDB de 1996 e do Plano Nacional de Educação em 2001; pela criação do Fundo de Manutenção de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) em 1996; pelas políticas de avaliação dos diferentes níveis de ensino; e pela criação de



políticas sociais vinculadas à educação, iniciadas no governo Fernando Henrique (1994-2002) e ampliadas no governo Lula (2003-2008). Esse período foi marcado também pelos pactos internacionais, que passaram a exigir do Brasil políticas educacionais mais efetivas para sua população. Além disso, os investidores internacionais acabaram pressionando, nesse sentido, uma vez que a baixa média de escolaridade da população passou a ser vista como um fator negativo para investimento do capital estrangeiro. Nesse contexto, cabe destacar também que o Brasil assinou a Declaração de Dakar (2000) e as oito metas do Milênio da Organização das Nações Unidas (ONU, 2000), comprometendo-se em oferecer uma educação de qualidade para todos até o ano de 2015.

Apesar do grande número de medidas, os dez primeiros anos do período democrático foram marcados pela indefinição e pela falta de clareza, não apresentando grandes avanços em termos de políticas educacionais. Ao fazer uma avaliação dos primeiros cinco anos da educação no período democrático, Cunha (1991, *apud* VIEIRA; FREITAS, 2003) destaca que a administração educacional do período de 1985 a 1990 foi marcada por um clientelismo, tutela e assistencialismo pouco diferente do período militar, preocupada em trocar benefícios sociais pelo apoio popular.

Enfim, a história do Brasil confirma que a falta de políticas educacionais apropriadas para a escolarização de sua população pobre contribuiu para que a baixa renda familiar fosse um dos fatores que levaram muitas meninas e meninos a abandonarem a escola muito cedo. A relação entre desigualdade social e desigualdade educacional sempre caminhou de mãos dadas no contexto dos países latino-americanos. O que se observa é que o direito a uma educação pública de qualidade e democrática tem sido atingido em sua raiz, cada vez mais com maior força, pelos princípios e práticas neoliberais

e mercadológicas, os quais encurtam cada vez mais os investimentos destinados à educação e a outras políticas sociais.

Referências

ANDRADE, F. A.; DIÓGENES, E. M. N. *Das cadeiras avulsas à "educação para todos": caminhos do ensino secundário brasileiro*. Curitiba: CRV, 2013.

BRASIL. *Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BUARQUE, C. *A segunda abolição: um manifesto-proposta para a erradicação da pobreza no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CHARLOT, B. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 7-18, 2006.

CHARLOT, B. *Da relação com o saber às práticas educativas*. São Paulo: Cortez, 2013.

CHARLOT, B. Educação e globalização: uma tentativa de colocar ordem no debate. *Sísifo: Revista de Ciências da Educação*, Lisboa, n. 4, p. 129-136, 2007.

CHARLOT, B. O professor na sociedade contemporânea: um trabalhador da contradição. *Revista da FAEEBA: Educação Contemporânea*, Salvador, v. 17, n. 30, p. 17-31, 2008.

DEMO, P. *Aprendizagem no Brasil: ainda muito por fazer*. Porto Alegre: Mediação, 2004a.

FERREIRA JÚNIOR, A.; BITTAR, M. Educação e capitalismo periférico globalizado. *Revista Ser Social*, Brasília, DF, n. 4, p. 153-194, 1999.

FREITAG, B. *Escola, estado e sociedade*. São Paulo: Moraes, 1986.



FREITAG, B. *Escola, estado e sociedade*. 6. ed. São Paulo: Centauro, 2005.

LE GOFF, J. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

VIEIRA, S. L.; FREITAS, I. M. S. *Política educacional no Brasil: uma introdução histórica*. Brasília, DF: Plano, 2003.